

Opinião do GLOBO

Produtividade da Justiça deve levar a redução de gastos

Apesar de mais agilidade nos processos, Brasil ainda tem o Judiciário mais caro do mundo

As despesas do Judiciário no ano passado, o maior número da série histórica compilada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Afirma-se que o Brasil gastou R\$ 132,8 bilhão, ou seja, 85,4 bilhões de 2009. Os gastos cresceram atualmente a 2,2% do PIB ou 2,3% das despesas totais da União, dos estados e dos municípios. Não há justiça mais cara no mundo. O gasto da área civil, que representa 35% das despesas jurídicas supera o de outros 36 países analisados pelo Tesouro Nacional numa pesquisa publicada em janeiro.

Começa porção do PIB, é mais que o quadruplo do gasto com saúde, o dobro do gasto com educação. No mundo, Espanha, Alemanha, Portugal, Itália, Israel, Austrália, Tailândia, Áustria e França.

No Judiciário, as despesas com pessoal são responsáveis por 90% do total. Nesse grupo estão os salários de magistrados, servidores, inativos, terceirizados, uma infinidade de auxílios, diárias, passagens ou gratificações. Somente em 2023 foram gastos R\$ 11,1 bilhões com auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, algo inimaginável para a maioria mal-

Apesar de esse ser um quadro conhecido, tramita no Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) restaurando reajustes automáticos a aposentados e pensionistas do INSS. A extinta, a PEC do Quinquênio. A prática foi restrita há 18 anos por boas razões. As duas categorias estão entre as mais bem remuneradas do serviço público.

O reajuste automático, sem relação com o crescimento econômico, não se aplica. Se a PEC for aprovada como está, o governo estima um impacto de R\$ 82 bilhões nas contas públicas em quatro anos. Em qualquer circunstância, a votação da PEC para realizá-la seria injustificável. E ainda mais agora, com o país enfrentando uma crise fiscal grave. A população brasileira não cresce na mesma proporção do gasto com a Justiça. Em 2009, ele era de R\$ 6,7 bilhões, enquanto o CNI de Defesa Civil, subiu na maioria dos anos até chegar a R\$ 653,70.

É indiscutível que a Justiça brasileira recebe um volume descomunal de demandas. Mas os recursos humanos e materiais em 2013, sobretudo na esfera estadual. Também é fato que a Con-

trabalho judicial, a falta de planejamento ou a falta de controle administrativo ou atividade. Por fim, é notável que, com quase 84 milhões de processos em tramitação, o Judiciário tem o dobro um saldo na área despesa de 6,9% na produtividade. Isso quer dizer que, em média, 30% dos processos são encerrados no ano em que são abertos. Os ganhos de produtividade não justificam a gastança. O ritmo de crescimento dos gastos desde 2009 é superior ao do aumento da produtividade.

A iniciativa do CNJ de publicar números anuais sobre o Judiciário é um passo indispensável. A maioria dos juizes são servidores comprometidos com o trabalho, honestos, dedicados e empenhados no trabalho. É importante que prossigam na conquista necessária de maior produtividade e agilidade. Mas é fundamental que essa produtividade também reverta em resultados para a sociedade, como a melhoria da organização do setor privado. Entre as medidas desejáveis estão o fim de regalias, como férias de mais de 30 dias, folgas estendidas, auxílios e penduricheiros. Os ganhos de produtividade de maior nos processos deveria se refletir na redução do custo da Justiça.

[illegible]

ção de um tema central da política de 2026, e Lula parece decidir a direita bolsonarista por um de um dos temas mais suscetíveis do eleitorado. Pisa em campo nos votos presidenciais pelo Congresso a polarização em torno da análise as dificuldades da esquerda ganhar aderência entre os parlamentares na sociedade, pois o Parlamento quer que capta movimentos de manutenção de um voto de Jair Bolsonaro. Segurança Nacional que constata em massa de notícias falsas, e a derrota da direita, de Lula, e a vitória da esquerda para visitar a família para lidar dilatórios, foi uma derrota.

Em, tem prevalecido a visão "linha dura" desta fortemente do discurso de Lula. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tem defendido no mesmo dia da votação da portaria que estabelece bases corporais pelos policiais.

A política de gestão para marcar a vitória da direita Lewandowski, e a vitória da esquerda. Tem em dois nomes mais citados como Lula em 2026, o governador de

Artigos

oglobo.globo.com/opinião/
carta-ao-globo/

VERA
MAGALHÃES



Segurança no palanque de 2026

A segurança pública será um dos temas centrais da campanha presidencial de 2026, e Lula parece decidido a encantar a disputa com a direita bolsonarista por alguns aspectos espelhados de um dos temas mais suscitados pelos especialistas e analistas do eleitorado. Fica em evidência, portanto, o tema da segurança pública.

A sessão de votações dos vetos presidenciais pelo Congresso ontem encançou a polarização em torno do assunto. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PSC), fez para fazer seu discurso quando a aderência entre os parlamentares — e, portanto, na sociedade, pois o Parlamento nada mais é que uma antena que capta movimentos coletivos — ficou mais evidente.

O contraste entre a manutenção de um veto de Jair Bolsonaro à nova Lei de Segurança Nacional que considerava crime a disseminação em massa de notícias falsas e a aprovação de outro veto de Lula à proposta de alteração à proibição da “aidinha” de presos para visitar famílias, ambos por placares para o governo, foi uma derrota acachapante para a oposição.

Ficou claro, portanto, que, além de evitar a “lei”inha da desobediência, o presidente do Congresso também quer que o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, venha a discutir e fazer questão de reforçar no mesmo dia da votação dos vetos, com a divulgação da portaria que estabelece a base de cálculo para a concessão de benefícios previdenciários.

Não foi aleatória a escolha desse assunto para marcar uma das primeiras iniciativas da gestão Lewandowski à frente da pasta que também comandou a segurança. Tem sido uma das principais bandeiras da campanha eleitoral do principal oponente de Lula em 2026, o governador de

Câmara do Rio nem deveria discutir proposta que legaliza ilegalidade futura

Regularizar projetos mediante taxa conhecida por 'mais valerá' é incentivo ao caos urbano e ao desrespeito à lei

plano de aprovar um novo Eixo Diretor com diretrizes para nortear o crescimento do Rio por dois anos, a Câmara Municipal carioca vota a debater um Projeto de Lei Complementar que prevê a regularização de construções irregulares com o pagamento de contrapartidas. A proposta beneficia não só o que foi construído violando a lei (mediante a taxa conhecida como "mais valia"), mas até ilegalidades futuras (pagando pelo direito de construir).

Além do desatino urbanístico, trata-se de incentivo evidente à ilegalidade.

O rol de irregularidades que poderia ser legalizadas inclui pavimento extra de cobertura, ampliação de área e potencial construtivo além do permitido, fechamento de habitações em edifícios, fechamento de varandas etc. Como o projeto permite legalizar o que ainda será construído, a Prefeitura passa a lucrarm com a desordem futura. A tentativa de aumentar a qualidade da vida na cidade. Os parâmetros estabelecidos pelo legisla-

dores legais, em conta densidade, infraestrutura, fluxo de trânsito, infraestrutura, meio ambiente ou paisagem poderão ser desprezados se o proprietário ou construtor tiverem dinheiro para pagar pela legalidade. Para quem não tem dinheiro, a situação é outra.

"Muita coisa e mais valeria são alterações do ponto de vista urbanístico. A mais valeria então é bizarra", diz presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU), Sydnei Mendes. "Para a arrecadação de recursos, o ponto de vista urbanístico é terrível." Costuma-se alegar que o objetivo dessas leis recorrentes é permitir legalizar construções sem necessidade de demolição. Mas a Prefeitura não parece preocupada com quem não tem dinheiro para pagar a legalidade, mas sim com quem tem e não quer compartilhar — e é com as incorporadoras que poderão construir além do permitido pagando pela legalidade final. "Por que não se inclui tudo isso na lei de zoneamento?" pergunta o deputado Diarte (Novo), integrante da comissão especial que discutirá a revisão da Lei de Zoneamento.

do Plano Diretor, "Crisis-se uma barreira, depois libera-se pensando apenas na arrecadação. Mais valeria é um absurdo. Causa insegurança jurídica e atrapalha o planejamento da cidade".

Um dos muitos problemas do projeto de lei é a falta de transparência. Não há estimativa para o cidadão respeitar a lei. Ao contrário, a própria Prefeitura mostra que não há problema em desrespeitar as regras, pois cedo ou tarde é possível regularizar o caso pagando contrapartidas. De forma errática, o poder público não consegue estabelecer os prazos para se ordenar a cidade.

A Câmara de Vereadores precisa barrar esse descabido. A cidade necessita de leis claras, duradouras e abrangentes, que priorizem a qualidade de vida. Não se pode fazer uma lei que seja apenas para quem pode pagar e outra para quem não pode. A Prefeitura, que deveria combater a desordem, é a primeira a abrir as portas à bagunça. Degradar a cidade aumentando irregularidades pode ser o caminho mais fácil, mas não o mais sábio, mas o prejuízo urbanístico real sobre o cidadão. E por isso: para sempre.

da são poucas ou as que não passam a ser obrigatórias. O presidente que a entrada do primordialismo ao obolusismo não mais cotiza que torna a decisão um mero cenário de demagogia.

Aéti, Lula vem de sobre até que ponto num tema que a Cons perrogativa dos Gove vez mais, a União é focal, uma atuação mais de

Clintone entre lidera o são da alçada federal e q em que pesquise a de fesa do punitivismo m de disputa com o bolso pta eleitoral pode ser

A questão das câmar Tarciso quer fazer em cesso em termos de tran policial. Um modo mais inserir o tema num co que constitua um plan cursos, comandados vez de chamar o prová volutes com tanta an

...também, nem estabeleceu que elas fossem na Polícia Federal, fica evidente que Lula no assunto adotou o governo de polarizar com Tarcísio, o que para a disputa presidencial. O risco a considerar, ainda mais no momento em que a renúncia se aproxima, é a mesma estratégia, demonstrando ser muitas dúvidas a respeito de assumir protagonismo na substituição de 1988 definiu como os estaduais, mas em que, cada um dos governos do público para o debate e assim puxar aqueles que não são mais interpretáveis, e, nos ambientes, a guinada do eleitor em sua radical, fazer disso uma causa e assim tanto tempo antes da campanha eleitoral, o que é um risco, e é uma estratégia, e as mudanças que o uso são claramente um retrocesso e combate à letalidade e eficácia de travar a discussão seria um tanto mais amplo de iniciativas, nacionais para a segurança, com os estaduais, em um momento em que opositor para dançar e para a ocorrência.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Inácio Nazzari
O GLOBO
e publicações pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederico Zugliatti Kecher
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Griep
ED: TORRES EXCEL TUDOS, Leticia Saverio (Coordenadora);
Alexandre Albino, André Vinier da Filadélfia-Barbosa, Lúcia Baptista
e Paulo César Pereira
ED: TOR DO IMPRESSO: Miguel Calheiros
ED: TOR DO OPIN: João Helder Garavito
Rua Marquês de Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ

ED TORES
Perfume & Cabelo: Thiago Padua - thiago.padua@bol.com.br
Beleza: Gailin - gailin@bol.com.br
Esportes: Luciana Rodrigues - luciana-rodrigues@bol.com.br
Música: Leda Battilana - leda.battilana@bol.com.br
Style: Adriana Cien Lopes - adriana.cienlopes@bol.com.br
Segunda-Feira: Marcete Batista - batista@bol.com.br
Reportagem: Thales Machado - thales.machado@bol.com.br
Política: André Samorini - asamorini@bol.com.br
Novas e mais coisas: Tatyana Duarte - tatyana.duarte@bol.com.br
Assistência: Gabriela Góes - gab@bol.com.br
Assessoria & Qualidade: Heliana - Helena17@bol.com.br

SUPLENTE
Rev. Viagens: Marcelo Batista - mabattista@bol.com.br
Rev. Saúde: Anselmo - anselmo@bol.com.br
Rev. Viver & Concluir: marcelo@bol.com.br
Rev. Saúde & Bem-Estar: marcelo@bol.com.br

SUBSCRITAS
Brasil: @ThiagoBrazzatti - @ThiagoBrazzattiWeb e @globe.com.br
EUA: @ThiagoBrazzatti - @ThiagoBrazzattiWeb e @globe.com.br

ATENÇÃO AO ASSINANTE
www.portaldossinistros.com.br ou pelos
Telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (áreas locais)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com crédito a domicílio no cartão de crédito,
ou cartão automático em conta corrente
para quem se inscrever online
R\$ 1,90, R\$ 3,90 e R\$ 5,90 por mês.

[illegible]


